

Câmara Municipal de Pizassununga

Estado de São Paulo

Of. _____

PROJETO DE LEI Nº 24/61

OBJETO DE DELICIA

CONSIDERANDO que ascidades de Araras e S. João da
Bõa Vista, o imposto de Estatistica é
arrecadado pela Prefeitura Municipal
correspondente, como importancia fi--
xa;

100
ente
~~CONSIDERANDO~~ que o imposto com importancia pré-de-
terminada evita encargos e onus para
a Prefeitura;

P R O P O N H O a seguinte Lei:

A Câmara Municipal de Pirassununga, aprova, e, o Prefeito Municipal, promulga a seguinte Lei:

~~Artigo 1º~~ - A arrecadação do imposto de Estatística
deixa de ser 10 % sobre a renda diaria
dos Cinemas.

Artigo 2º - Todos os meses os Cinemas da localidade recolherão aos cofres da Municipalidade a importancia fixa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), correspondentes á extinta taxa de Estatistica.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pirassununga, Sala das sessões 6 de Junho de 1961.

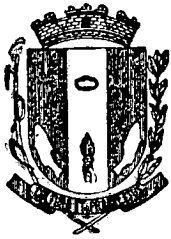
Eliás Mansur
Vereador

o de 1961.

Arquivo da em face
Resoluções 84. de 12

da 2/63

Em 13/8/63
Assinado por
Presidente.



Câmara Municipal de Piraassununga

Estado de São Paulo



Of.

PARECER Nº

Comissão de Finanças

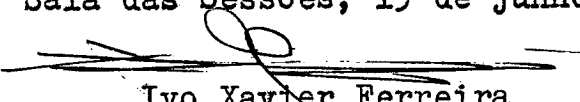
Na discriminação de rendas (art. 29 da Constituição Federal) não é atribuído ao município o Imposto de Estatística.

Também a lei tributária municipal não atribuiu a este município (o que não poderia fazer mesmo) tal imposto.

Portanto o imposto de estatística não pertence ao município e este nem mesmo legislou sobre ele.

Assim é de ser rejeitado o projeto de lei 24/61.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1961.


Ivo Xavier Ferreira
Presidente -Relator

Olympio Guiguer
~~Relator~~ - Membro

José de Oliveira Costa
Membro



Câmara Municipal de Pizassununga

Estado de São Paulo



Of.

PARECER Nº

Comissão de Finanças

Na discriminação de rendas (art. 29 da Constituição Federal) não é atribuído ao município o Imposto de Estatística.

Também a lei tributária municipal não atribuiu a este município (o que não poderia fazer mesmo) tal imposto.

Portanto o imposto de estatística não pertence ao município e este nem mesmo legislou sobre ele.

Assim é de ser rejeitado o projeto de lei 24/61.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1961.

Ivo Xavier Ferreira
Presidente - Relator

Olympio Guiguer
Relator - Membro

José de Oliveira Costa
Membro